

O QUE É NUVEM? CARTAS À BIBLIOTECA QUE VEM

Gustavo Silva Saldanha

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Brasil

RESUMO

Para pensar e debater a biblioteca do futuro, tendo como horizonte a biblioteca especializada, mas tratando esta tipologia dentro de um contexto plural das bibliotecas no mundo social, o argumento geral da presente reflexão aponta para a “espera” de um amanhã (hoje) no qual as bibliotecas cumpram a “temida profecia” alexandrina da utopia da acumulação total a partir da confluência das culturas, retendo os símbolos orgânicos e inorgânicos das alianças e das diásporas. O foco, no entanto, agora, está na incansável cumulatividade simbólica direcionada à diversidade, à alteridade, ao símbolo do outro e ao complexo de suas miscigenações. Percebemos, no escopo do planejamento estratégico da seção de bibliotecas universitárias e de pesquisa da *International Federation of Library Association and Institutions*, uma ausência na ênfase de um plano sócio simbólico em suas políticas de inovação para o Século XXI. Para o diálogo específico com o pensamento biblioteconômico-informacional, faz-se aqui a eleição de cinco abordagens, históricas e contemporâneas, oriundas de Gabriel Peignot, Paul Otlet, Rafael Capurro, Bernd Fromahnn e António García Gutiérrez. As duas fronteiras filosóficas que sustentam e intermediam a discussão com o pensamento biblioteconômico-informacional,

permitindo nos levar aos territórios de aplicação, são, de um lado, a filosofia da linguagem e suas relações diretas com a materialidade do signo, de outro, as filosofias do simbolismo. Dialogamos, brevemente, neste sentido, com o pensamento de Bárbara Cassin, Ludwig Wittgenstein, Ernst Cassirer e Pierre Bourdieu. Como território aplicado, trabalhamos com aproximações aos estudos aplicados de instituições como Biblioteca Parque do Rio de Janeiro, *American Library Association* e *International Federation of Library Association and Institutions*. Em nossa visão, estas grandes instituições propiciam um olhar crítico-aplicado para o desenvolvimento de uma ideia de inovação, sustentada na transformação a partir do ponto de vista sócio simbólico, negligenciada pelas bibliotecas especializadas ao longo do de sua recente história. O objetivo final do percurso proposto é lançar as pautas para a projeção de uma biblioteca do futuro, demonstrado, a partir de intervenções contemporâneas, como as bibliotecas podem (e já exercem), seu papel de transformadoras do real a partir do que é abordado como transgramaticalização do espaço-tempo.

Palavras-Chave: Biblioteca;
Linguagem; Símbolo;
Transgramáticas; Interculturalidade.

WHAT IS CLOUD? LETTERS TO THE LIBRARY COMING

In order to think and debate the library of the future, with the specialized library as its horizon, but treating this typology within a plural context of libraries in the social world, the general argument of the present reflection points to the "waiting" for a tomorrow (today) in which libraries fulfill the "dreaded prophecy" Alexandrian utopia of the total accumulation from the confluence of cultures, retaining the organic and inorganic symbols alliances and diasporas. The focus, however, is now on relentless symbolic cumulativeness directed to diversity, to alterity, to the symbol of the other, and to the complex of their miscegenation. In the scope of the strategic planning of the university libraries and research section of the International Federation of Library Associations and Institutions, we perceive an absence of emphasis on a symbolic social plan in its innovation policies for the 21st Century. For the specific dialogue with the librarian-informational thinking, it is here the election of five approaches, historical and contemporary, coming from Gabriel Peignot, Paul Otlet, Rafael Capurro, Bernd Fromahnn and Antonio García Gutiérrez. The two philosophical frontiers that sustain and intermediate the discussion with librarian-informational thinking, allowing us to take us to the territories of application, are, on the one hand, the philosophy of language and its direct relations with the materiality of the sign, on the other, philosophies of symbolism. We spoke briefly in this regard with the thought of Barbara Cassin, Ludwig Wittgenstein, Ernst Cassirer, and Pierre Bourdieu. As applied territory, we work with

approximations to the applied studies of institutions such as Library Park of Rio de Janeiro, American Library Association and International Federation of Library Association and Institutions. In our view, these great institutions provide a critical-applied look for the development of an idea of innovation, based on the transformation from the socio-symbolic point of view neglected by the specialized libraries throughout the recent history. The final objective of the proposed course is to launch the guidelines for the projection of a library of the future, demonstrated from contemporary interventions, how libraries can (and already exercise) their role of transforming the real from what is approached as transgrammaticalization of space-time.

Keywords: Library; Language; Symbol; Transgrammatic; Interculturality.

1 O QUE É NUVEM? PRIMEIRAS CARTAS À BIBLIOTECA QUE VEM

O sangue transvestigenera jorra da Nuvem (SIQUEIRA, 2016).

[...] a *nomeação oficial*, acto de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do colectivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do *monopólio da violência simbólica legítima* (BOURDIEU, 2012, p.146).

Como serão as bibliotecas especializadas no futuro em sua relação com a sociedade? Como a

seção de *Academic and Research Libraries* da *International Federation of Library Association and Institutions* (IFLA) reage às demandas de inovação a partir do substrato social no Século XXI quando dialoga com o pensamento biblioteconômico dedicado às bibliotecas tecidas e desenvolvidas dentro do meio científico? Existe um enfoque em seu plano estratégico que absorva, para além da tecnologia e do acompanhamento das transformações científicas, o enfoque social? Observamos, antecipadamente, que nem em seu planejamento estratégico anual, nem em seu *annual report* mais recente, este enfoque é trabalhado (IFLA, 2016). Este é o horizonte mais caro a esta reflexão: compreender a biblioteca especializada como parte de um contexto social, antes de um contexto científico; e suas vanguardas, ou seja, as ações de inovação, como estruturadas na transformação social, antes de estabelecidas a partir das mutações tecnológicas, pressupondo, pois, uma co-dependência entre a ideia de mudança e sua repercussão sócio crítica.

Qualquer discussão sobre o destino das bibliotecas deve passar

pelos paradigmas da acumulação, da tradução e da miscigenação tecidos pela Biblioteca de Alexandria, na Antiguidade, esquina de três continentes, metáfora da travessia tênue e arriscada da interculturalidade do mundo. Ali se fundamentam, na experiência, no trato empírico no norte da África, o que chamamos do fundo filosófico-bibliológico do poder da materialidade da linguagem e de seu potencial (e seu perigo) de transformação do real. O choque de culturas e de dialetos, de costumes e religiões, no contexto do início da datação Ocidental, a grande nuvem nebulosa da linguagem que se estabelece na poeira amarela do Editó, sintetiza, em grande parte, os dilemas de desenvolvimento desta “cultura” geral a qual opomos ao Oriente. Dali retira-se a estrutura dos argumentos aqui apresentados: o futuro (presente em curso) das bibliotecas (principalmente das bibliotecas especializadas, historicamente tecidas a partir de uma relação de separação entre ciência e sociedade) depende de velho um princípio alexandrino: aquilo que é matéria-linguística reunida e mixada, o atual reconhecido e transversalizado, cada vez mais

diverso em seus continentes, em seus conteúdos, em suas dinâmicas, em suas associações. A metáfora-paradigma pode ser resumida assim:

Uma das lições de Alexandria é que as políticas de domínio da acumulação infinita, as tentativas de resumir, condensar, estruturar a memória e reforçar sua visibilidade são em si mesmas produtoras de seleção e de esquecimento. Como mostra Marc Baratin, os tratados dos gramáticos latinos ilustram a tensão dialética entre o puro prazer da acumulação e o esforço de racionalização e de organização que visa o essencial de um campo de saber. O tratado de gramática se apresenta assim como uma biblioteca em que a língua latina inteira viesse se condensar num espaço de visibilidade sinótico ou, ao contrário, se dispersar numa infinidade de exemplos e singularidades, fugindo a todo controle (JACOB, 2008, p.15).

Em outros termos, o argumento geral da presente reflexão aponta para a “espera” de um futuro (hoje) no qual as bibliotecas especializadas cumpram a “temida profecia” alexandrina de não abandonar a utopia da acumulação total a partir da confluência das culturas, retendo simbolicamente os símbolos orgânicos e inorgânicos das alianças e das diásporas. Trata-se, pois, de pensar a biblioteca filha das antigas coleções científicas, hoje

denominada especializada, a partir de uma noção de ciência plural e crítico-social, acompanhando as revisões pós-positivistas de interpretação do modo como fazemos conhecimento. Tais revisões estão aqui estruturadas basicamente a partir do pensamento de Pierre Bourdieu. O foco, no entanto, agora, está na incansável cumulatividade simbólica objetivamente direcionada à diversidade, à alteridade, ao símbolo do outro (ir além da ciência do outro, isto é, pensar também as circunvizinhanças aparentemente a-científicas que cercam a biblioteca especializada, mas que são, do mesmo modo, sua responsabilidade em um panorama social ampliado de sua função: para além das políticas de divulgação científica, as bibliotecas especializadas podem cumprir um papel estratégico nos modos de revalidação, de apropriação e de construção do conhecimento, se amparada em um ponto de partida social, antes de epistêmico; coletivo, antes de cognitivo-isolacionista; transformador, antes de reproduzidor do ponto de vista epistemológico estabelecido em suas coleções).

O presente diálogo se estabelece, neste sentido, a partir de algumas premissas, que dialogam com a filosofia da linguagem, com uma epistemologia histórica do pensamento biblioteconômico-informacional e as filosofias do simbólico. Para o diálogo específico com o pensamento biblioteconômico-informacional, opera-se aqui a eleição de cinco abordagens, históricas e contemporâneas, oriundas de Gabriel Peignot, Paul Otlet, Rafael Capurro, Bernd Frohmann e António García Gutiérrez. Respectivamente, estamos tratando dos conceitos de bibliologia, rede, ética intercultural da informação, materialidade e desclassificação. Apesar da abertura semântica que as noções podem propagar, almeja-se na reflexão demonstrar como ela pode se articular, na compreensão daquilo que “se espera” para a transformação das bibliotecas, para as bibliotecas da transformação e, por fim, para a transformação social a partir das bibliotecas.

As duas fronteiras filosóficas que sustentam e intermediam a discussão com o pensamento biblioteconômico-informacional, permitindo nos levar aos territórios de

aplicação, às possibilidades de intervenção no real segundo as bibliotecas, são, de um lado, a filosofia da linguagem e suas relações diretas com a materialidade do signo, de outro, as filosofias do simbolismo. Dialogamos, brevemente, neste sentido, com o pensamento de Bárbara Cassin, Ludwig Wittgenstein, com Ernst Cassirer e Pierre Bourdieu. O objetivo final do percurso é lançar as pautas para a projeção de uma biblioteca do futuro, demonstrado, a partir de intervenções contemporâneas, como tais instituições “logológico-alexandrinas” podem (e já exercem), seu papel de transformadoras do real a partir do que tratamos como transgramaticalização do espaço-tempo.

2 TRAVESSAS LOGOLÓGICAS: DAS RESERVAS SIMBÓLICAS ÀS TRANSGRAMÁTICAS

As transformações do pensamento filosófico nos últimos duzentos anos, entre Nietzsche e Habermas, passando por Wittgenstein, apontam para uma “relativização” das perspectivas idealistas e a ampliação da condicionante da contingência. Este processo, em geral, foi reconhecido

como redução da filosofia a filosofia da linguagem, ou abordagem que passa a reconhecer a linguagem como primeiro objeto para se chegar à filosofia, invertendo alguns pressupostos de noções como ser e verdade.

Fruto de um grupo distinto e muitas vezes antagônico de “considerações reflexivas sobre a linguagem” (AUROUX, 2009b), a filosofia da linguagem reúne abordagens que tomam a linguagem como objeto central. Tal agrupamento principia-se na Antiguidade, com os pré-socráticos, é analisada em Platão e Aristóteles e avança entre Medievo e Modernidade, ganhando no Século XIX e no Século XX sua grande marcha de produção discursiva, presente em teorizações como aquelas de Ludwig Wittgenstein, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Michel Foucault, Jürgen Habermas, Claude Levi-Strauss e Ferdinand de Saussure. Em sentido histórico, o percurso da filosofia da linguagem pode ser paralelizado com o desenvolvimento das artes liberais da retórica, da lógica e da gramática, e seu “espraiar-se” por diferentes campos do conhecimento nos últimos séculos e sua presença é inteiramente pressentida na esfera das

bibliotecas: ali a linguagem é causa e consequência.

Acompanhamos, neste processo, o pensamento de Auroux (1998, 2009a,b), para explorar a relação entre tecnologia e linguagem, hoje um dos pressupostos centrais para o pensamento e para as profecias sobre a mutação das bibliotecas. Neste sentido, é a partir da perspectiva filosófica da linguagem que buscamos uma noção de tecnologia diretamente aplicada ao pensamento biblioteconômico-informacional. Na visão do autor, “a primeira revolução tecnolinguística” foi a escrita, amplificada pela imprensa. A segunda, a “gramatização das diferentes línguas do mundo”, sendo a terceira, o “tratamento eletrônico da informação apresentada na linguagem natural”. (AUROUX, 1998, p. 289, grifo nosso)

Tais questões, de maneira direta, são pontuais no pensamento biblioteconômico-informacional, como em Gabriel Peignot (1802a,b), Paul Otlet (1919, 1934) e Jesse Shera (1973). Elas também aparecem como centralidade nos discursos epistemológicos recentes no campo, como naqueles oriundos de Rafael Capurro (1992) e de

“neodocumentalistas” como Frohmann (2000, 2004, 2011), Day (2001, 2005) e Buckland (1991).

Com Peignot (1802a,b) interessa à reflexão demarcar o primeiro grande esboço metarreflexivo orientado para a necessidade de construção de uma *episteme* distinta para o trato do universo de registros do conhecimento, tratado pelo bibliotecário francês como Bibliologia. Esta ciência tem sua raiz na linguagem, bem como seu horizonte. Cuidar da organização da vasta cultural material-linguística, ou seja, de um modo de expressão da linguagem ligada à “retenção” do traço oral e sua pregnância no espaço-tempo a partir de um dado suporte, visando sua preservação e sua difusão, missão deste saber, evoca a necessidade de se compreender como a linguagem se expressa enquanto matéria no mundo, e suas potenciais margens de transformação.

Devoto dos ideais da Revolução Francesa, Peignot (1802a,b) percebe, no desenvolvimento da Bibliologia, uma ciência visivelmente dedicada à transformação, fundamento epistêmico para mudanças práticas nas relações

entre os sujeitos. Sua influência recairá diretamente sobre Paul Otlet (1919, 1934), advogado belga que virá propor, através de seu Instituto Internacional de Bibliografia, constituído na última década do Século XIX, um imenso projeto de compartilhado de dados e o estabelecimento geopolítico de redes de colaboração entre instituições dedicadas ao conhecimento registrado. Otlet (1919, 1934) aprofunda as relações entre enciclopedismo e sistematicismo da Bibliologia peignotiana, e focaliza o desenvolvimento dos saberes bibliológicos para organização de dados científicos, através da ampliação e da abertura dos conceitos de livro e documento – a biblioteca ganha aqui cada vez mais o papel elementar de “biblioteca científica” ou de “guardiã das relações linguístico-materiais da ciência e da tecnologia”.

Das visões otletianos, retemos a efetivação, a partir de seu Instituto, de ações mundiais de trocas de registros e metarregistros do conhecimento, com o desejo imediato de estabelecer, ainda na primeira metade do Século XX, uma rede mundial de compartilhamento de dados, com

vistas à “ascensão civilizatória”, projeto este político, intimamente articulado com os preceitos do internacionalismo e do pacifismo pré-Primeira Guerra Mundial. No entanto, se reconhecemos, de um lado, a relevância epistemológico-histórica das abordagens enciclopédico-sistemáticas de Peignot e o desenvolvimento epistemológico e institucional das abordagens teóricas e aplicadas, no contexto internacional, da Bibliologia de Otlet, com o norte-americano Jesse Shera (1973, 1977) podemos perceber, seja direta, seja indiretamente, a universalidade deste saber, sob o tom de *Library Science*, nos Estados Unidos, e a articulação entre ambas as abordagens com um enfoque sócio histórico, colocando o projeto dos registros do conhecimento e do acesso e compartilhamento de dados sob o prisma da sociedade. A partir de sua “epistemologia social”, conceito elaborado junto do pensamento de Margaret Egan, nos Anos 1950, Shera (1973, 1977) almeja o estudo dos processos da sociedade em sua procura para a apreensão da relação perceptiva e compreensiva do ambiente em sua totalidade. A epistemologia social sheriana propõe

então que o campo bibliológico – em seu discurso, a Bibliografia e, posteriormente, a *Library Science* – investiguem a vivência das formas socialmente constituídas, relacionado linguagem e ação. Da “biblioteca científica”, temos aqui uma “biblioteca sócio científica”.

A construção de uma perspectiva social para o desenvolvimento do pensamento biblioteconômico-informacional, como ciência e como território de aplicação e transformação do real é tomado, no escopo dos Anos 1960 aos Anos 1980, por uma direção distinta. A corrida bélico-tecnológica e neoliberalismo pressionam o desenvolvimento de uma ciência de mercado e a epistemologia social torna-se uma sombra distante, dando lugar às ênfases teóricas orientadas para o mecanismo informacional, ou a crença de que a “automação” de bibliotecas geraria, quase que por um processo espontâneo, as transformações externas almejadas por antigos projetos biblioteconômico-informacionais. Em outras palavras, uma ciência (como o queria Peignot; uma rede internacional de troca de dados a partir de tal ciência, como o

queria Otlet; e uma ancoragem objetivamente social para esta ciência, como o queria Shera) seria “naturalmente” constituída, se tal saber se apropriasse e colocasse em uso os “milagres” do processamento eletrônico, generalizado entre os países desenvolvidos nos Anos 1960.

Como esperava uma crítica social ao mecanismo biblioteconômico-informacional, a “dessocialização” do discurso dedicado ao universo das bibliotecas afastou as possibilidades de transformação de tais instituições, da construção das bibliotecas como locais de transformação e, em definitivo, da demarcação dos modos inovadores de transformação social a partir do pensamento oriundo dos saberes biblioteconômico-informacionais aplicados. Entre os Anos 1980 e 1990, eclode nesta *episteme* conjuntos de críticas demonstrando que o cientificismo neoliberal, como é o caso de Mostafa (1985), não só não nos dera “uma ciência” (se pautado fosse apenas o espelho da epistemologia da Física, como no positivismo aplicado às ciências sociais e presente na Bibliologia de Paul Otlet), como não nos efetivara como “verdadeira”

ciência social. Das abordagens críticas, identifica-se aqui três enfoques, diretamente envolvidos com a possibilidade de se pensar um futuro transformado das e a partir das bibliotecas: o desclassificacionismo em António García Gutiérrez, o neodocumentalismo em Bernd Frohmann e a ética intercultural da informação em Rafael Capurro. Em nossa visão, eles permitem retomar o fio da longa história do simbolismo no pensamento logológico voltado para as bibliotecas, em diálogo com a crítica do simbólico e sua possibilidade de torção na reprodutibilidade dos padrões socialmente estagnados.

A partir da crítica direta à centralidade epistemológica do pensamento biblioteconômico-informacional, García Gutiérrez (2011) elabora o conceito de “desclassificação”, que aponta para a inversão do prisma classificatório – que aqui ganha o sentido amplo do sinônimo “discriminatório” –, historicamente tecido a partir de e dedicado à perspectiva científica. O ato de “desclassificar” é, deste modo, segundo a visão do pesquisador espanhol, a ação de afastar a persistência de hegemonias que pré-

determinam a elaboração e a aplicação de instrumentos como bibliografias, desenvolvimento de coleções, sistemas informacionais. A desclassificação conduz a uma “hermenêutica pragmática”, cujo fundamento é a compreensão do objeto de estudo e de intervenção no real do pensamento biblioteconômico-informacional como uma unidade sócio histórica imersa em culturas distintas e mutantes.

A crítica de García Gutiérrez (2011) está também em Frohmann (2011) e em outros chamados “neodocumentalistas”, pesquisadores do campo que retomaram as perspectivas otletinas e recolaram a “materialidade” em questão, incluindo não apenas a preocupação “ingênua” com o suporte, mas sua articulação com outros “corpos”, os indivíduos, as instituições e toda a “documentalidade” que centraliza e espraia as ações biblioteconômico-informacionais.

Frohmann (2011) aprofunda os potenciais teóricos e aplicados das redes proporcionadas por tal “documentalidade”, revisitando Otlet, mas imprimindo agora uma ênfase materialista histórico-linguística, de origem pragmática (em diálogo com

Wittgenstein e Foucault), demonstrando as margens de transformação social de uma perspectiva neodocumental, incluindo um posicionamento ético vai contra os pressupostos da “desmaterialização digital”, uma ética “corpórea”, sustentada, em seu léxico, por uma “teoria materialista da informação” (FROHMANN, 2000).

Vê-se, logo, uma relação direta entre a perspectiva frohmanniana e aquela elaborada pela obra de Rafael Capurro (1992). O pesquisador uruguaio, radicado na Alemanha, propõe, no mesmo contexto das últimas décadas, uma ética dedicada à compreensão do universo de circulação da mensagem, que perpassa objetivamente o mundo das bibliotecas, e que deve, acima de tudo, considerar as extremas nuances da interculturalidade. Segundo uma perspectiva também wittgensteiniana, mas fundamentalmente heidegger-gadameriana, baseada na hermenêutica, a ética intercultural da informação indica como solução primeira para os problemas da esfera informacional a compreensão pragmático-local dos dilemas e das fronteiras de culturas e linguagens

distintas. Sob o ponto de vista de Capurro, estamos no outro polo da perspectiva mecanicista-informacional: na margem da interculturalidade, é a alteridade (corpórea, no vocabulário frohmanniano) que estabelece, no diálogo, seus perímetros de construção de um *ethos* informacional, que abarca a memória, os documentos, as ferramentas de acesso ao conhecimento, e seus modos de construção e apropriação.

O ponto de inflexão de uma *episteme* para as bibliotecas e seus múltiplos corpos em rede, sob uma plataforma crítico-linguística, propõe uma mirada sobre a biblioteca como uma “travessa logológica” por devir histórico, responsável diretamente pelo (ou seja, eticamente relacionada com) acúmulo ordenado de reservas simbólicas da interculturalidade e pela promoção e elaboração do que aqui identifica-se como microgramáticas metadiscursivas, ou apenas transgramáticas, ou, ainda, modos de agir e, ao mesmo tempo, instrumentos (livros, documentos e outros), dedicados a ampliar os potenciais de vivência e de miscigenação de tais reservas simbólicas.

A noção de logologia a retiramos de Bárbara Cassin, em sua releitura das transformações da retórica e do pensamento sobre a linguagem na Antiguidade Grega. Contra os princípios ontológicos (norteadores da filosofia platônico-aristotélica e de grande parte da filosofia ocidental), Cassin (2005) redescobre no pensamento de sofistas, como Górgias e Protágoras, a substituição da “comemoração do ser”, da contemplação do uno parmenídico, base do real ontológico, pelo artesanato do ser advindo da logologia, onde o “discurso faz o ser”, onde “o ser é um efeito do dizer”. Neste sentido, o discurso sofístico, condenado pela palavra ontológica, apresenta-se como um além-performance, trata-se de algo “inteiramente” “performativo” (CASSIN, 2005, p.63). E assim tal discurso o é, posto que a cidade e a política se compõem dele: é necessário saber falar para ser-estar na democracia.

A aquisição da tecnologia da linguagem está diretamente relacionada com processos efetivos de uma performance transformadora de indivíduos na paisagem social: as classes são simbolicamente

distinguidas pela caixa de ferramentas linguísticas que possuem e usam para se defender – em outros termos, “[...] a verdade do mundo social é o que está em jogo numa luta entre agentes armados de modo muito desigual para chegarem à visão e à previsão absolutas, quer dizer, autoverificantes” (BOURDIEU, 2012, p.147). Aqui reencontramos a balbúrdia da nuvem de poeira de Alexandria: o paradigma das sobreposições intercontinentais de culturas e de dialetos, momento “passageiro”, entre Antiguidade e Medievo, de decadência da ontologia e ascensão da “perigosa” logologia – mundo onde a linguagem intervém e aqueles que podem reconhecê-la, passam também a adentrar os mundos constituídos até então.

Fundamentalmente, encontramos, aqui, neste ponto da reflexão, tanto a perspectiva filosófica que fundamenta o homem exatamente nesta estaca do berço linguístico-simbólico do que se diz “humanidade” e “civilização”, como também a análise crítica dos usos sociais do simbólico para a construção das distinções. Respectivamente, estamos diante da filosofia das formas simbólicas de Ernst Cassirer e da abordagem da

reprodução do poder simbólico em Pierre Bourdieu. Ambas as abordagens permitem encerrar nosso debate teórico, a caminho da discussão aplicada, demonstrando como a biblioteca se apresenta (ou pode se apresentar) como uma travessa logológica, onde convivem tanto as reservas simbólicas (o respeito material preservacionista das identidades culturais) como as experiências transculturais e suas criações (o mundo logológico é poiético em sua condição histórica: constrói o ser e o redefine em cada contingência, segundo a premissa cassiniana).

A conhecida conclusão da filosofia da cultura cassirerina – o homem é, estruturalmente, um animal *symbolicum* e não *rationale* (CASSIRER, 1994) – é construída a partir da relação intrínseca entre produção do conhecimento, simbolismo e linguagem, sendo esta última a base de sua argumentação. Sob a sombra de Humboldt, Cassirer (2001) percebe que uma dada ação da “imaginação da língua” está no “momento exato” da relação conhecimento-realidade. Apontando a impossibilidade do ser de Parmênides

– a ontologia pura – resolver as aporias da linguagem, Cassirer (2001) demonstra que esta se constitui em processo simultâneo tanto sensível quanto intelectual, ou seja, a linguagem já “nasce” também “metalinguagem”, flexão e reflexão.

O desdobramento da condicionante filosófica cassireriana é a construção tanto primária do ser humano como tardia de um ser estruturalmente simbólico. Assim, desde sua primeira meta-indagação enquanto ser racional às suas mais cotidianas ou intelectuais ações no tempo-espaço da contemporaneidade, toda a vivência de um suposto “ser” que si diz “humano” é fruto de camadas sobrepostas de simbolismo que, na seara social, determinam aquilo que Pierre Bourdieu (2012) tratará como “poder simbólico”, usado e abusado para a construção das “distinções” na paisagem social.

Para Bourdieu (2012, p.146),

Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da *nomeação* legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores, e sobretudo todo o

poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos.

O Estado, segunda a visão bourdieusiana, operador da violência simbólica instituída, legitimada, é o recurso maior para o controle e a margem de reprodução simbólica, evitando que os símbolos se contaminem e que outras simbolizações do “humano” criem outros cenários de possibilidade de vivências.

O imperativo do ajustamento realista às estruturas objectivas não se impõe menos ao **poder simbólico** na sua forma profética, herética, anti-institucional, subversiva. Se o poder criador da representação nunca se manifesta tão claramente, em ciência, em arte ou em política, como nos períodos de crise revolucionária, **e não é menos verdade que a vontade de transformar o mundo transformando as palavras para o nomear, ao produzir novas categorias de percepção e de apreciação e ao impor uma nova visão das divisões e das distribuições, só tem probabilidades de êxito se as profecias, evocações criadoras, forem também, pelo menos em parte, previsões bem fundamentadas, descrições antecipadas:** elas só fazem advir aquilo que anunciam, novas práticas, novos costumes e, sobretudo, novos grupos, porque elas anunciam

aquilo que está em vias de advir, o que se anuncia; elas são mais oficiais do registro civil do que parteiras da história (BORDIEU, 2012, p.238, grifo nosso).

Dado o pressuposto linguístico e a fundamentação simbólica do “humano” e suas problemáticas e barbáries derivadas do uso simbólico do próprio simbólico para fins de controle e repressão, como podemos perceber em Cassin (2005), Cassirer (1994) e Bourdieu (2012), e reconhecida as marcas epistemológico-históricas do pensamento biblioteconômico informacional passíveis de aproximação e diálogo com tais abordagens filosóficas, de Peignot (1802a,b) a Capurro (1992), propomos perceber as intervenções do mundo aplicado das bibliotecas como lutas pela transgramaticalização do espaço-tempo simbólico.

Se as práticas, os instrumentos, os pensares e os fazeres em e para bibliotecas estiveram, na maior parte do processo histórico, entre Antiguidade e Modernidade, dedicadas ao trato de culturas privilegiadas, munidas de aparatos simbólicos de distinção, seja os aparatos da cultura aristocrática da Antiguidade, a cultura

do clero no Medievo, a cultura da nobreza na Modernidade, a cultura científica na Modernidade tardia, espera-se, minimamente, que o Século XXI que diante dos nossos olhos está traga a biblioteca que se apresenta em absoluto na direção de uma transculturalidade. Retomando Auroux (1998), este processo de mudança, que pode e deve ser vislumbrado na perspectiva da desclassificação, da materialidade neodocumental e da ética intercultural da informação, também deve contemplar um conceito de tecnologia específico, vinculado às tecnologias da linguagem, e, ao mesmo tempo, que responda por esta mutação constante do simbólico.

Na presente reflexão, a noção de transgramáticas pode responder objetivamente por uma ideia de tecnologia capaz de suprir os preconceitos lançados pelo mecanicismo informacional na Modernidade tardia, na medida em que propõe como tecnologia, basicamente, o potencial linguístico de elaboração de instrumentos de fixação, circulação e intercâmbio de linguagens entre comunidades. Neste sentido, as transgramáticas dizem respeito a microgramáticas

metadiscursivas fundadas em um ponto central dentro da vivência de uma língua para sua superfície estrangeira, otimizando a comensurabilidade interna e potencializando a comensurabilidade com o mundo exterior (SALDANHA, 2012). É sob o debate da transgramatização do espaço-tempo que as travessas logológicas podem pensar, segundo o argumento que aqui se constrói, seu destino no século que corre. Um experimento transgramatical realizado por Wittgenstein pode iniciar este debate sobre os territórios de aplicação.

3 TRANSGRAMATICALIZAÇÕES DO REAL: A PRÁTICA DAS TRANSPOSIÇÕES SIMBÓLICAS

A nós transvestigeneres nos tiraram tudo.
Nossos direitos.
Por nós nenhum respeito.
Nos relegaram ao lugar monstro.
Nos despiram de nossa humanidade.
Nos expulsaram do seio da família
Escolas, universidades, templos sagrados, tudo se fechou para nossos corpos não conformes (SIQUEIRA, 2016, grifo nosso).

A eficácia de todos os actos da magia social cuja forma canónica está representada pela sanção jurídica só pode operar na medida em que a

força propriamente simbólica de legitimação ou, melhor, de naturalização (**o natural é o que não põe a questão da sua legitimidade**) reconhece e aumenta a força histórica imanente que a sua autoridade e a sua autorização reforçam ou libertam (BOURDIEU, 2012, p.239, grifo nosso).

Wittgenstein ganhara, ao final dos Anos 1920, grande reconhecimento, com a aceitação, como tese, realizada por Moore e Russel, de seu Tratado Lógico-Filosófico, obra esta que buscava uma linguagem ideal, uma espécie de átomo total para uma gramática universal, capaz de resolver, de cima para baixo, os problemas da racionalidade humana (MONK, 1995). Mas é neste momento, quando a repercussão de seu pensamento provoca o desenvolvimento de uma das correntes filosóficas mais importantes do Século XX, o neopositivismo do Círculo de Viena, que Wittgenstein inicia um processo de torção de seus argumentos centrais sobre linguagem e conhecimento. Deixando a Inglaterra, afastando-se do mundo acadêmico, o filósofo retorna à Áustria e decide ministrar aulas para crianças e adolescentes em uma pacata cidade do interior.

Na experiência, Wittgenstein

propõe a construção de um dicionário baseado no alemão falado pelo universo infantil local. Trata-se, pois, da aproximação a uma linguagem exatamente oposta à unidade de seu pensamento no Tratado Lógico-Filosófico. Trata-se, agora, de buscar, contra a universalidade, o que chamará de gramáticas primitivas, os conjuntos de regras que estão à superfície, que está na carne do espaço-tempo e que permitem à realidade sua vivência mutante. O dicionário atentava-se para o modo como as crianças produziam sua linguagem, se comunicavam e constituíam seu mundo sociocultural, ou apenas, simbólico. Esta construção social da linguagem, agora tomada como construção social do real, como diriam Berger e Luckman (2005), responde pela nova fase do pensamento wittgensteiniano, em geral manifestada pela publicação póstuma de suas Investigações Filosóficas.

É este traço antropológico – ou, ainda, dito a partir do pensamento biblioteconômico-informacional e sob o prisma derridiano da gramatologia – o olhar antropológico sobre o traço, sobre um arquiproceto de construção do mundo que se dá entre

intersubjetividades intangíveis, mas se manifesta e se reconstitui “no nível” da materialidade, é este traço e ou olhar sobre ele que, em nossa perspectiva, responde pela demanda de aplicação, de intervenção no real que torna-se premente para as bibliotecas do futuro.

A partir de “simples” métodos, orientados para a compreensão das formas de produção da linguagem pelas crianças, Wittgenstein começa a “aplicar” suas visões sobre a linguagem enquanto uso, estabelecendo sua fase pragmática. Como aponta Moreno (2000), o método virá se transformar em uma caixa de conceitos: as análises da vida das palavras em sua intimidade e na dinâmica de conceitos passam a ser interpretadas como um jogo, com regras mutantes e intercambiáveis, apresentando semelhanças, donde se estabelece o conceito de jogos de linguagem.

Em grande medida, o que se propõe como “transgramaticalização”, orientando-se sob os pressupostos do Bibliologia como uma *episteme* (um espaço de construção do pensar sobre livros, bibliotecas, leitores) à moda peignotiana, da política das redes bibliográficas otletiana, de uma

epistemologia social sheriana, da desclassificação de García Gutiérrez e do materialismo neodocumental frohmanniano, e da perspectiva ético-intercultural da informação em Capurro, pode ser reconhecido pelo desenvolvimento permanente de a) abordagens antropro-tecnológicas, b) modos de apropriação distintos e c) tecnologias propriamente ditas dedicadas ao desenvolvimento de reservas simbólicas, excedentes de resistência e outras possibilidades inorgânicas.

Os três “movimentos tecnológicos” acima, tratados aqui como transgramaticalização, na medida em que intervêm no mundo a partir da linguagem (ou de técnicas que partem da e-ou tem como finalidade a linguagem), podem ser projetados em diferentes cenários, mas podem também ser visualizadas em experiências biblioteconômico-informacionais passadas ou em curso. Em outros termos, a biblioteca, como a travessa logológica por devir histórico, é tanto o reconhecimento do simbólico quanto dos seus riscos, e, por extensão ética, o espaço-tempo de crítica simbólica visando à transformação a partir dele, do próprio

simbólico. Os paradigmas da acumulação, da tradução e da miscigenação, que, em termos políticos, nada mais são do que, respectivamente, os paradigmas das identidades culturais preservadas em sua singularidade, da tolerância cultivada no choque dos *ethos* e da liberdade de transformação assegurada, efetivam-se na travessa logológica, tempo-espaço de travessias transculturais.

Os exemplos de operacionalização da noção de transgramáticas são inúmeros e nos concentramos aqui em um foco contemporâneo, em 2016, para ilustrar a imensa gama de possibilidades que se apresentam na biblioteca que vem. Em janeiro do ano corrente encontramos a relação direta da biblioteca com o movimento orientado para o reposicionamento das ideias sobre gênero, sobre visibilidade social e sobre a vivência de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) na cidade do Rio de Janeiro. Neste contexto, a Biblioteca Parque Estadual estabeleceu, em janeiro de 2016, uma parceria com o PreparaNem, curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para

travestis, pessoas trans e outros gênero.
indivíduos em situação de
vulnerabilidade social e preconceito de

Figura 1: Página principal do portal da Biblioteca Parque do Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro.

Disponível em: <bibliotecasparque.rj.gov.br/#home>. Acesso em: 15 fev. 2016.

Provavelmente, como os depoimentos de Indianara Siqueira e Luciana Vasconcelos, transgêneros envolvidas no diálogo com a biblioteca, registram, em reunião de 03 de fevereiro, no Espaço Cultura Casa

Nuvem, na Glória, Rio de Janeiro, é a primeira vez que um grupo (um coletivo) de transgêneros adentra uma biblioteca e ali usufrui objetivamente de seus serviços.

Figura 2: Perfil do Facebook do PreparaNem, curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) voltado para travestis, pessoas trans e outros indivíduos em situação de vulnerabilidade social e preconceito de gênero.



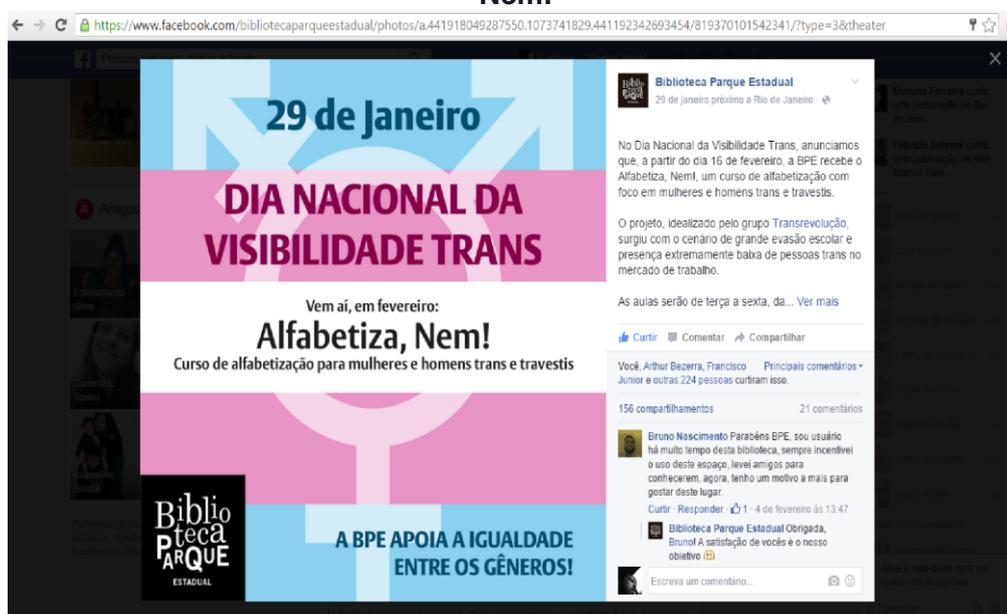
Fonte: Perfil PreparaNem do Facebook.

Disponível em: <<http://www.facebook.com/PreparaNem>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

Esta ainda mínima intervenção demonstra o potencial que a institucionalidade da biblioteca pode provocar, remonta os pressupostos da corporeidade neodocumental de Frohmann (2000) e do desclassificacionismo de García Gutiérrez (2015), bem como pressupõe as potencialidades de uma ética intercultural da informação, antevista em Capurro (1992). A intervenção demonstra também a possibilidade tanto de

operacionalização da epistemologia social de Shera (1971), como abre caminhos para uma nova leitura das redes informacionais de Paul Otlet (1919, 1934): não apenas redes de dados científicos, não apenas redes de macro agências nacionais – agora, encontra-se redes de dados sócio culturais e de sujeitos, redes de comunidades completamente distantes das forças simbólicas de violência e coerção do Estado.

Figura 3: Convocação da Biblioteca Parque do Estado do Rio de Janeiro para a comemoração do Dia Nacional da Visibilidade Trans e do início do curso Alfabetiza, Nem!



Fonte: Biblioteca Parque do Estado do Rio de Janeiro.

Disponível em:

<<https://www.facebook.com/bibliotecaparqueestadual/photos/a.441918049287550.1073741829.441192342693454/819370101542341/?type=3&ref=nf>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

Os instrumentos de transgramaticalização típicos do pensamento biblioteconômico-informacional, neste caso, podem, por sua vez, ampliar os potenciais de visibilidade, de resistência e de denúncia de barbáries para com minorias encurraladas e maiorias desarmadas. Para o exemplo que tomamos, podemos demonstrar as tentativas de desenvolvimento de instrumentos e de abordagens específicas, através de instituições como *American Library Association* (ALA), IFLA e *Library of Congress*. No caso desta última, podemos encontrar

o projeto *A queer thesaurus: an international thesaurus of gay and lesbian index terms*. Na ALA, encontramos o *GLBT Controlled Vocabularies and Classification Schemes*, enquanto na IFLA está em curso o *Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Queer/Questioning Users Special Interest Group*, com pesquisas e intervenções dedicadas ao universo desta comunidade.

Não se crê aqui restar dúvidas de que o papel das bibliotecas no Século XXI (o papel hodierno) esteja na busca por transgramaticalizações que reposicionem as guerras

simbólicas, que amplie, de maneira radical, as opções por seleção de reservas simbólicas (por exemplo, mais coleções e mais metalinguagens de minorias efetivas e de maiorias silenciadas como no exemplo de comunidade mencionado), de modo a reposicionar o simbólico que alimenta as bibliotecas e as faz alexandrinamente perigosas. Comunidades como imigrantes, pobres, negros, mulheres, e tantas outras, minorias ou maiorias, alijadas do processo histórico e da “guarda” (do cuidado) de instituições modernas passam, assim, a se tornar o horizonte, e não a recusa, da grande rede da biblioteca que vem, que perpassa as prateleiras de livros e os diálogos da Casa Nuvem.

A demanda por tais projetos, projeções, intervenções, ações, mutações depende, no entanto, de instrumentos que consigam superar as linguagens de dominação e reconfigurar o poder simbólico que nelas se instala, que as limita, que as isola como manifestações locais e pertencentes a uma geração ou, ainda, como ocorre, muita das vezes, a uma – e tão somente uma - gestão dentro de dada instituição. A necessidade de

instrumentalização legal de gramáticas inovadoras, a busca pela transformação das políticas público-simbólicas de governo em políticas público-simbólicas de estado faz-se, neste sentido, fundamental para o processo de mutação transgramatical das bibliotecas.

Neste âmbito, registra-se, no cenário nacional, o papel de outras institucionalidades em diálogo com as bibliotecas, como o Conselho Federal de Biblioteconomia, na luta pela efetivação de uma legislação cada vez mais ampla para o espectro do pensamento e da atuação do mundo bibliológico. São exemplos a) a promulgação da lei 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, estabelecendo a prioridade de bibliotecas nas escolas, b) os diálogos para alteração e atualização da Lei do Livro (Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003), c) e os diálogos junto aos projetos de lei em curso, como o projeto 3.727, de 2012, do Deputado José Stédile (PSD/RS), que trata da universalização das bibliotecas públicas e o projeto 204, de 2013, de autoria do Senador Cristovam Buarque

(PDT/RS), voltado para a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sim somos tranvestigeneres.
Fortes. Resilientes.
Resistentes (SIQUEIRA,
2016).

[...] a gramática proporciona à
linguagem os graus
necessários de liberdade
(WITTGENSTEIN, 2005, p.57).

A discussão sobre o que se espera das bibliotecas especializadas no futuro evoca duas passagens literárias: a de um homem, a beira do cais; a de outro homem, à porta de um castelo. Refere-se aqui à obra de Franz Kafka e de García Marquez, mais específica e respectivamente, às novelas “O Castelo” e “Ninguém escreve ao coronel”. No conhecido romance de formação de García Marquez, um militar reformado aguarda, “eternamente”, a carta que reponde ao seu soldo, à pensão porvidoura, instrumento de sua “mudança”. Ao longo de anos, ele se dirige ao cais, aguardando a chegada de uma promessa do Estado que nunca vem. Bourdieu (2012) lembra que o Estado é, em certa medida, o

Tribunal Supremo, mencionado por Kafka no Castelo, quando o autor coloca Block a dizer, remetendo-se ao advogado, sobre a pretensão inatingível de um dia este se colocar entre os “grandes advogados”. A distância do Estado é, aqui, elevada à potência inalcançável, inversamente proporcional ao seu poder simbólico de atuação material sobre a vida dos indivíduos.

As bibliotecas que vêm não devem permitir que as cartas do Estado não cheguem. Devem produzi-las e envia-las permanentemente para todos aqueles que esperam por uma mudança social e para aqueles que, sem esperança alguma, deixaram de ir ao cais, possam vivenciar a partilha do simbólico. Deste modo, tais travessas logológicas devem, neste Século XXI, atuar como zonas de defesa antiviolença simbólica, zonas da pluralidade e de interculturalidade.

Faz-se fundamental, ainda, para a biblioteca que vem, retirar do conceito de tecnologia toda a carga de preconceito, de distinção e de potencial de barbárie que o mesmo transporta: a outra tecnologia, a tecnologia que vem, é a tecnologia do outro, sua linguagem. A biblioteca do

futuro, pois, é a espera para ocupar este espaço-tempo da ressimbolização das mais diferentes culturas e seus saberes, reformulando o conceito de tecnologia da linguagem: o *logos* é a técnica que nos habilita, é a técnica fundamental das sociedades democráticas. No berço desta mudança de ponto de vista e de ação, são reiluminadas e visibilizadas as identidades culturais e são multiplicados os potenciais transidentitários a partir dela, da linguagem de cada comunidade e de suas contaminações. Assim, conjuntamente, consegue-se perceber a transformação das bibliotecas na vivência das bibliotecas da transformação e, por fim, a transformação social a partir das bibliotecas. Grandes “tecnologias” as bibliotecas sempre tiveram: o *volumen* na Antiguidade, o códice no Medievo e na Modernidade. Maravilhas vistas e tocadas por poucos. Hoje as bibliotecas passam a ter mídias digitais. Mas este conceito de tecnologia é diminuto perto da potencialidade logológica de tais instituições e de seu *ethos* social contra o “monopólio da violência simbólica legítima” presente na crítica

bourdieusiana. A biblioteca que vem está na nuvem, na Casa Nuvem.

REFERÊNCIAS

AUROUX, S. **A Filosofia da linguagem**. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. **Filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola, 2009a.

_____. **Revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 2009b

BARATIN, M. Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p.227-233.

BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL. Disponível em: <<http://www.bibliotecasparque.rj.gov.br/#home>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 25.ed. São Paulo: Vozes, 2005.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v.42, n.5, p.351-360, jun. 1991.

CAPURRO, R. Digital ethics. In: GLOBAL FORUM ON CIVILIZATION AND PEACE, 2009. **Proceedings...** Seoul: Academy of Korean Studies, 2009. p.207-216.

CAPURRO, R. Hermeneutics and the Phenomenon of Information. In: MITCHAM, C. (Ed.). **Metaphysics, epistemology and technology**. Research in philosophy and technology. New York: Elsevier, 2000. v.19; p.79-85, Disponível

em:

<<http://www.capurro.de/ny86.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2007.

CAPURRO, R. What is Information Science for? A philosophical reflection. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives*. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY OF TAMPERE, FINLAND, 1991. **Proceedings...** London; Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p.82-96.

CASSIN, B. **O Efeito sofístico**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

CASSIRER, E. **A filosofia das formas simbólicas; Terceira parte: Fenomenologia do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **A filosofia das formas simbólicas; Primeira parte: A linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DAY, R. **The modern invention of information: Discourse, history and power**. Illinois: Southern Illinois University Press, 2001.

DAY, R. Poststructuralism and information studies. **Annual Review of Information Science Social and Technology (ARIST)**, v.39, p.575-609, 2005.

FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v.52, n.3, p.387-407, Win. 2004.

FROHMANN, B. Reference, representation, and the materiality of documents. In: COLÓQUIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI, 2011. **Anais...** Toulouse: Université de Toulouse 3, 2011.

_____. Cyber ethics: Bodies or bytes. **International Information & Library Review**, v.32, n.3-4, p.423-435, Sep. 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1006/iilr.2000.0140>>. Acesso em: 18 jul. 2007.

GARCIA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in knowledge organization: A post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas (SP), v.14, n.1, p.5-14, jan./abr., 2011. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/475/455>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

GARCÍA MARQUEZ, G. **Ninguém escreve ao coronel**. 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 1968.

IFLA. **Academic and Research Libraries Section**. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s2/annual/sp02-2009.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

JACOB, C. Prefácio. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O Poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p.9-17.

KAFKA, F. **O castelo**. São Paulo: Tema: 1970.

MONK, R. **Wittgenstein: o dever do gênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORENO, A. R. **Wittgenstein: os labirintos da linguagem; ensaio introdutório**. São Paulo: Moderna, 2000.

MOSTAFA, S. P. **Epistemologia da Biblioteconomia**. 1985. 147f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

OTLET, P. L'organisation des travaux scientifiques. In: ASSOCIATION FRANÇAISE POUR L'AVANCEMENT DES SCIENCES. **Conférences faites en 1919-1921**. Paris: Association Française pour L'Avancement des Sciences, 1919. p.13-50. (Conferência proferida em 23 de fevereiro de 1919).

_____. **Traité de documentatation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelas: Editions Mundaneum, 1934.

PEIGNOT, G. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802a.

_____. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo II. Paris: Chez Villier, 1802b.

SALDANHA, G. S. **Uma filosofia da Ciência da Informação**: linguagem, organização dos saberes e transgramáticas. Tese (Doutorado) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2012.

SHERA, J. H. Toward a theory of Librarianship and Information Science. **Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.2, p.87-97, 1973. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/30/30>>. Acesso em: 18 jul. 2007.

_____. Epistemologia social, semântica geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v.6, n.1, p.9-12, 1977. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/92/2>>. Acesso em: 18 jul. 2007.

SIQUEIRA, I. **O sangue transvestigenera vaza da nuvem**. Disponível em:

<<https://www.facebook/?fref=ts>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

WITTGENSTEIN, L. **Tratado lógico filosófico**: investigações filosóficas. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

Gustavo Silva Saldanha
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
E-Mail: gustavosaldanha@ibict.br
Brasil